



CVM

Comissão de Valores Mobiliários

RELATÓRIO DE COMUNICAÇÃO DE ENGAJAMENTO - COE



SUMÁRIO

Introdução	6
Acordos de Cooperação Técnica com instituições Parceiras	10
Eventos	22
Publicações	28
Atuação regulatória	32
Conclusão	38



CVM

Comissão de Valores Mobiliários

Relatório de Comunicação de Engajamento - COE



MENSAGEM DO PRESIDENTE



COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031
www.cvm.gov.br

Rio de Janeiro, 30/11/2022

Sr. Secretário Geral,

Gostaria de confirmar que a Comissão de Valores Mobiliários adere aos Dez Princípios do Pacto Global, relacionados a Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Proteção do Meio Ambiente e Combate à Corrupção.

Com este compromisso, expressamos nossa intenção de apoiar e difundir tais princípios.

Comprometemo-nos a empreender esforços para divulgar publicamente este compromisso junto aos nossos servidores, parceiros, colaboradores e público em geral.

Adicionalmente, comprometemo-nos a participar e nos envolver com o Pacto Global, inclusive por meio das seguintes iniciativas:

- a) implementar os Dez Princípios da UN Global Compact em nossa estratégia e atividades;
- b) encorajar demais participantes a interagir ou integrar o Pacto Global;
- c) contribuir para o atingimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;

- d) fomentar o desenvolvimento sustentável do mercado de capitais;
- e) apoiar atividades específicas do Pacto Global que se alinhem aos mandatos de nossa organização; e
- f) sediar eventos do Pacto Global, quando possível e observadas as limitações orçamentárias e de recursos humanos de nossa instituição.

Reconhecemos que um requisito fundamental para a participação no Pacto Global é a apresentação de uma Comunicação de Engajamento (COE), que descreve nossos esforços na implantação dos Dez Princípios. Apoiamos a prestação de contas e transparência das informações, e, portanto, comprometemo-nos a apresentar um relatório sobre o progresso após dois anos de adesão ao Pacto Global e, depois bienalmente, de acordo com a política do COE do Pacto Global.

Atenciosamente,

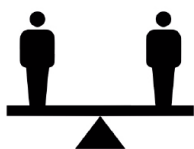
João Pedro Barroso do Nascimento
Cargo: Presidente

INTRODUÇÃO

Em 30 novembro de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia federal, aderiu ao Pacto Global – Rede Brasil, na qualidade de signatário não empresarial, se comprometendo a seguir os 10 Princípios do Pacto Global e incorporá-los em sua operação.

Trata-se de princípios universais derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, sendo eles:

DIREITOS HUMANOS



1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.
2. Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.

TRABALHO



3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.
4. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.
5. A abolição efetiva do trabalho infantil.
6. Eliminar a discriminação no emprego.

MEIO AMBIENTE



7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.
8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.
9. Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

ANTICORRUPÇÃO



10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Os 10 princípios (lançados pela Organização das Nações Unidas - ONU - em 2000) têm relação íntima com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais foram propostos em 2015 pelo Secretário da ONU, no contexto da chamada Agenda 2030, cujo objetivo foi criar uma agenda de desenvolvimento sustentável para os 193 países membros da ONU até 2030.

Como o próprio site do Pacto Global ressalta: quem integra o Pacto Global também assume a responsabilidade de contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Portanto, ao aderir ao Pacto Global a Autarquia também se comprometeu a contribuir para o alcance dos ODS:

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Apesar de ter aderido ao Pacto Global em 2020, desde 2014, mesmo que indiretamente, a CVM vem ativamente atuando para implementar uma agenda de desenvolvimento sustentável do mercado de capitais no Brasil. A Autarquia tem focado especialmente no desenvolvimento das finanças sustentáveis e da inovação financeira no Brasil, bem como de projetos voltados para a inclusão financeira de grupos minorizados, dado que seu menor grau de educação financeira agravam sua situação de vulnerabilidade.

Em 2017, ciente da mudança no modelo de desenvolvimento do mercado de capitais externo, impulsionada em grande medida pela Agenda 2030, a CVM capitaneou a fundação do Laboratório de Inovação Financeira (LAB), fruto de uma parceria com a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tendo posteriormente se juntado a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

Insta ressaltar que o LAB é um fórum de interação multissetorial e um espaço de diálogo público privado para a promoção da inovação e das finanças sustentáveis no país, o qual recentemente foi laureado com um prêmio internacional de um dos melhores “labs” do mundo.

Essa troca de experiências e know-how entre os participantes do LAB sem dúvida acelerou a promoção de uma agenda sustentável da Autarquia, ainda que até então de forma descentralizada e não formal.

As ações nessa seara abrangem desde ações educacionais e de disseminação do tema, até a atualização de normas regulatórias.

2014	2017	2020	2021	2022
FREs com informações ASG (ambiental, social e de governança)	criação do Laboratório de Inovação Financeira em conjunto com BID, ABDE e GIZ	<p>IOSCO Sustainability Task Force</p> <ul style="list-style-type: none">- Audiências Públicas sobre nova alteração das FREs e criação de normas para o FDIC socioambiental- Acordo de Cooperação Técnica com BID- Acordo de Cooperação Técnica Consórcio do NE- Representação do LAB no FC4S <p>- Adesão ao Pacto Global</p> <ul style="list-style-type: none">- Renovação da parceria com a OCDE	<p>Publicação da Resolução nº 59/ CVM</p> <ul style="list-style-type: none">- Audiências Ofertas Públicas: títulos verdes- Resolução 24/2021	<p>Res CVM 160/2022</p> <ul style="list-style-type: none">- Res 60/2022- Premiação internacional do LAB como um dos principais LABS do mundo- Estudo C8 sobre educação financeira e sustentabilidade- ENCCLA Ação 10/2022- Inauguração Centros Finanças do Amanhã

Esse breve contexto inicial demonstra que a adesão da CVM ao Pacto Global em 30 novembro de 2020 foi um movimento natural para Autarquia, uma vez que esta já vinha se dedicando desde 2014 a iniciativas alinhadas a alguns dos 10 Princípios e ao atingimento de parte dos 17 ODS.

Diante do exposto, e em cumprimento aos compromissos assumidos com o Pacto Global, a CVM passa a relatar nas próximas páginas todas as iniciativas da autarquia no biênio 2020-2022 relacionadas a esses objetivos.

ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Para cumprir os compromissos firmados perante o Pacto Global a CVM se empenhou em articular parcerias com outras instituições, com especial foco em 3 pilares: (i) desenvolvimento sustentável do mercado (com foco em finanças sustentáveis); (ii) educação financeira de grupos minorizados; e (iii) inovação financeira.

Como será demonstrado a seguir, a formalização dessas parcerias impulsiona direta e indiretamente inúmeros ODS, os quais serão apontados em cada uma das iniciativas.

Acordo de Cooperação Técnica entre CVM e Consórcio do Nordeste

A parceria entre CVM e o Consórcio foi formalizada em 2021 e busca viabilizar projetos de educação e inovação financeira na região nordeste do Brasil, apoiando iniciativas que também contribuam para o desenvolvimento do mercado de capitais.

O Consórcio tem por objetivo promover a integração regional, o desenvolvimento sustentável, a atração de investimentos e a modernização da gestão dos Estados Membros, além da articulação e implementação de políticas públicas integradas, em busca do bem estar social.

O Consórcio do Nordeste é uma entidade naturalmente vocacionada a exercer uma coordenação regional de políticas públicas, uma vez que congrega os 9 Estados do Nordeste. Essa representatividade amplia o alcance da atuação e facilita o atingimento dos objetivos pretendidos com a parceria.

Objetivos: Sinteticamente, pode-se dizer que a colaboração entre os partícipes se dá em 3 linhas de atuação:

- i) Educação Financeira: ações dos partícipes voltadas à educação financeira da população, incluindo pequenos produtores da região nordeste, com apoio técnico e educacional da CVM;
- ii) Desenvolvimento do mercado de capitais: ações dos partícipes voltadas tanto para qualificação técnica dos servidores e funcionários dos Estados integrantes do CONSÓRCIO, bem como do próprio CONSÓRCIO, a respeito dos temas educação financeira e mercado de capitais, quanto para o desenvolvimento do próprio mercado de capitais na região nordeste;
- lii) Inovação Financeira: ações dos partícipes que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região nordeste por meio do estudo e colaboração em torno de soluções financeiras inovadoras e sustentáveis.

O acordo de cooperação técnica entre as entidades viabiliza o aprofundamento da parceria e de benefícios concretos para os mandatos de cada instituição. Tais benefícios são especialmente relevantes considerando o contexto de transição

da sociedade para o pós-pandemia, tendo assim o potencial de amenizar o impacto negativo que a crise sanitária teve na região, tanto por propiciar conhecimento sobre novas estruturas e instrumentos de captação de recursos financeiros por parte de servidores e empregados públicos da Região Nordeste, quanto pelos resultados das ações educacionais planejadas, com indubitável impacto social junto à população.

A ação está relacionada aos ODS 10, 11 e 17.



Acordo de Cooperação Técnica entre CVM e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Laboratório de Inovação Financeira

Apesar de remontar a 2017, a parceria entre CVM e o BID foi formalizada em fevereiro/2021 e tem o propósito de viabilizar projetos na área das finanças sustentáveis, em especial no apoio, organização e implementação do Laboratório Brasileiro de Inovação Financeira (LAB), criado em 2017 em parceria conjuntamente com Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e, posteriormente, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ).

O LAB atua na promoção das finanças sustentáveis no país, por meio da participação voluntária, colaborativa e da diversidade de seus membros.

Em 2022 o LAB foi eleito um dos melhores laboratórios de inovação do mundo pela Global Finance Magazine, sendo reconhecido como uma iniciativa propulsora do desenvolvimento econômico e social dentro dos parâmetros sustentáveis mundiais.

Objetivo: O LAB tem como objetivo criar soluções inovadoras de financiamento para viabilizar recursos privados para projetos com adicionalidade socioambiental e, assim, acelerar a transformação necessárias para atingimento dos ODS.

O LAB atua por meio de Grupos de Trabalho que, apoiados por especialistas, elaboram estudos, disseminam conhecimento, formatam projetos pilotos e contribuem com sugestões regulatórias sobre os temas abordados, associados à inovação e às finanças sustentáveis.

Atualmente o LAB conta com 4 Grupos de Trabalho:

GT Finanças Verdes

Tem como objetivo propor soluções financeiras e de mitigação de riscos para alavancar recursos para investimentos com adicionalidade socioambiental, com especial foco no mercado de títulos verdes e/ou sustentáveis. Além disso, esse GT busca mapear gargalos e soluções para o financiamento verde a investimentos setoriais e disseminar boas práticas de mercado.

GT Fintech

Tem como objetivo estimular o surgimento de novas tecnologias financeiras inovadoras no país, buscando abrir espaço para a oferta de serviços mais eficientes e que promovam maior inclusão financeira; inclusive por meio do uso de estruturas de regime experimental diferenciado (i.e., Sandbox Regulatório). Este GT apoia o acesso a novas tecnologias por instituições financeiras públicas e privadas e o fortalecimento do ecossistema de fintechs.

GT Instrumentos Financeiros e Investimentos de Impacto

Tem como objetivo facilitar a criação de instrumentos financeiros alternativos para o financiamento de investimentos de impacto social, incluindo a união de capital de desenvolvimento e comercial (Blended Finance) e a perspectiva para a diversidade e a inclusão de populações minorizadas no acesso a recursos.

GT Gestão de Riscos ASG e Transparência

Tem como objetivo fomentar o diálogo e ampliar a compreensão sobre como fatores ambientais, sociais e de governança (ASG) podem se traduzir em riscos e oportunidades para os negócios. Incentivar a transparência na gestão dos aspectos ASG. Apoiar a integração das recomendações da TCFD – Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (FSB) e a interlocução para a promoção da biodiversidade e do capital natural.

As entregas do LAB se concentram em publicações sobre os temas em referência, pilotagem de projetos na área de finanças sustentáveis e manifestações em audiências públicas dos reguladores e supervisores, a fim de trazer a contribuição de experts nas áreas de finanças sustentáveis na atualização das normas e regulamentos.

Em outubro de 2020, o LAB de Inovação Financeira foi aceito como membro do FC4S (Financial Centres for Sustainability), sendo o primeiro organismo brasileiro – e da América do Sul - a participar do FC4S. O FC4S vem debatendo e desenvolvendo soluções financeiras inovadoras que visam a contribuir para o cumprimento

dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os compromissos para o enfrentamento dos riscos de mudança climática (Acordo de Paris).

A CVM é a representante do LAB no FC4S e já está participando de Grupos de Trabalho, como o recém criado Grupo de Equidade de Gênero, que visa a mapear e propor soluções para aumentar a participação das mulheres no mercado de capitais.

Seguem abaixo as principais entregas do LAB dentro do biênio novembro/2020 a novembro/2022:

Publicações mais relevantes



Taxonomia em finanças sustentáveis: Panorama e Realidade Nacional (abril/2021)

Esta publicação visa colaborar na compreensão do que são as taxonomias em finanças sustentáveis, trazendo suas principais considerações e reflexões para o desenvolvimento das finanças sustentáveis no Brasil.



Riscos e Oportunidades Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas: Tendências institucionais dos atores de mercado no Brasil (maio/2021)

Para compreender o status atual das questões climáticas entre as instituições brasileiras, o Laboratório de Inovação Financeira (LAB) promoveu, com a coordenação do CDP e Stocche Forbes, um estudo que visa ao mapeamento das iniciativas, posicionamentos públicos e compromissos dessas instituições com a agenda climática.

A pesquisa envolveu 14 entrevistas com órgãos do poder público, associações de empresas e de representantes dos diversos mercados ligados ao Sistema Financeiro Nacional.



Diversidade no Sistema Financeiro (fevereiro/2022)

O objetivo do material é mostrar o estágio em que está o mercado de capitais brasileiro em relação à transparência em diversidade, principalmente a respeito da composição de conselhos de administração e diferenças salariais, além de apontar passos para o amadurecimento de todo o ecossistema.



Potenciais instrumentos financeiros para projetos de eficiência energética e geração distribuída: Certificados de Recebíveis em Eficiência Energética (CREEs) e White Certificates (abril/2022)

O material se propõe a estudar possibilidades e alternativas econômicas para desenvolver o mercado de eficiência energética, contribuindo para o alcance de metas climáticas, promovendo desenvolvimento e crescimento econômico sustentável.



Pesquisa: Fintechs Sustentáveis no Brasil (abril/2022)

Por meio do subgrupo de Fomento do Ecossistema, do Grupo de Trabalho Fintech do LAB, foi disponibilizado o resultado da pesquisa “Fintechs Sustentáveis no Brasil”. A pesquisa procurou identificar quem são as fintechs sustentáveis no país, quais as suas características, principais gargalos e como as soluções tecnológicas e inovadoras trazidas por essas empresas poderão contribuir com a incorporação das questões ASG nas atividades e nos produtos dos mercados financeiro e de capitais.



Financiamento do Saneamento Básico via Mercado de Capitais: desenvolvimento, perspectivas e oportunidades (maio/2022)

O material se propõe a apresentar um resumo das principais normas que regem as operações do segmento, destacando ainda o potencial do mercado de capitais e das finanças sustentáveis na alocação de recursos para desenvolvimento de projetos no setor.



Trilha LAB sobre Mercados de Carbono (maio/2022)

O LAB, por meio do GT Finanças Verdes, lançou um documento que resume os principais conteúdos, destaques e citações das apresentações realizadas durante a “Trilha LAB sobre Mercados de Carbono”. A trilha ocorreu de março a agosto de 2021 e contou com seis webinars.

A ação está relacionada aos ODS 2, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 17.



O Acordo de Cooperação Técnica entre CVM e Ministério da Cidadania

Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Cidadania foi formalizado em novembro de 2021 para promover a educação financeira dos beneficiários de programas assistenciais, em especial de beneficiários dos programas de transferência de renda. A primeira parte do projeto foca nas mães de crianças da primeira infância, que engloba crianças de 0 a 6 anos.

A cooperação também prevê a promoção de iniciativas voltadas para a educação digital e empreendedora e o acesso ao capital das famílias beneficiárias de programas de assistência social.

O projeto está em fase de construção da plataforma educacional e preparação de piloto para rodar em Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

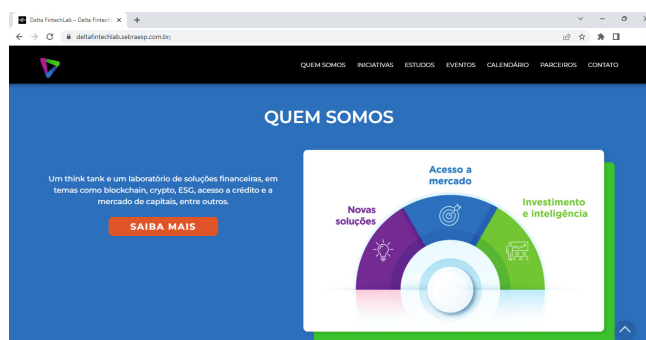
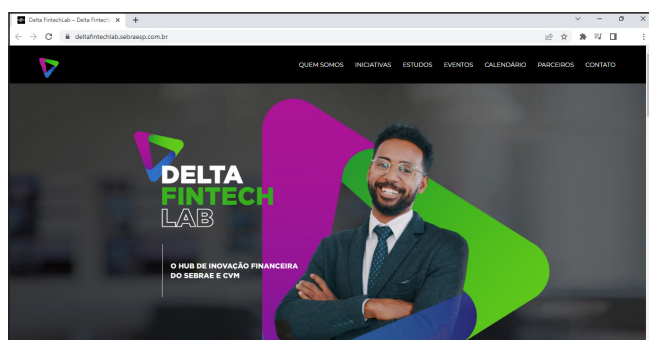
Objetivo: Ampliar a atuação educacional do Ministério da Cidadania, na vertente educação financeira, com apoio técnico da CVM; estimular a formação de poupança da população mais vulnerável, em observância aos objetivos do Comitê Consultivo de Educação, instituído pela Deliberação CVM n. 498/06, que determina o apoio de projetos que contribuam para promover melhores padrões de educação financeira da população.

A ação está relacionada aos ODS 4, 5 e 10



Acordo de Cooperação Técnica entre CVM e SEBRAE Nacional e SEBRAE SP

O acordo foi celebrado entre as instituições em julho de 2022 e prevê a implementação de um hub de inovação financeira (Delta Fintech Lab) para subsidiar pequenas empresas, incentivando a competitividade e a inovação, de forma a aproximar fintechs e pequenos negócios.



O projeto visa unir as vias diversas que atravessam o ecossistema financeiro e pretende impulsionar a criação de soluções para problemas financeiros do país, formando investidores, capacitando empreendedores, apoiando fintechs e fomentando pesquisas.

Todas estas ações são capazes de elevar o Brasil a uma referência em inovação financeira, com fintechs gigantes e bem-sucedidas, além de micro e pequenas empresas digitalizadas e competitivas.

Objetivo: dar apoio regulatório a fintechs (startups financeiras) para fomentar a inovação e a educação financeira no país, promovendo maior inclusão financeira.

A ação está relacionada aos ODS 8 e 9



Acordo de Cooperação Técnica entre CVM e INVEST-RIO e o Centro de Referência de Finanças do Amanhã

Parceria entre a CVM, a Invest Rio (Agência de Fomento do Município do Rio de Janeiro), o Instituto de Desenvolvimento e Gestão - IDG e o Museu do Amanhã voltada para criação do Centro de Referência das Finanças do Amanhã.

O Acordo de Cooperação Técnica entre CVM e Invest Rio visa desenvolver e executar um projeto de formação de professores em educação financeira, incluindo outros públicos, por meio de plataforma eletrônica.

Atualmente a Invest Rio tem parceria com o IDG e Museu do Amanhã (as tratativas entre CVM e IDG estão em fase final) fazendo a triangulação necessária entre essas 3 instituições para proporcionar ao Rio de Janeiro um hub de educação e inovação financeira.

Objetivo: Criar e implementar um hub de educação e inovação voltado às finanças do século XXI; Formação de professores em educação financeira, incluindo outros públicos, por meio de plataforma eletrônica; Fortalecimento do ambiente de negócios de finanças sustentáveis no Rio de Janeiro e fomento do mercado de crédito de carbono na cidade do Rio de Janeiro.

A ação está relacionada aos ODS 8 e 9



Acordo de Cooperação Técnica entre CVM e Ministério da Educação

O letramento financeiro, ou seja, a proficiência do indivíduo em tratar questões financeiras de forma autônoma e consciente, é condição fundamental para o seu planejamento financeiro e, conseqüentemente, para tomadas de decisões econômicas de forma mais diligente.

Em regiões onde há baixo letramento financeiro, a população apresenta fragilidades nos comportamentos e nas atitudes financeiras, o que pode agravar sua vulnerabilidade econômica e social.



Neste sentido, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publica periodicamente com as conclusões da aplicação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), exame que inclui diferentes módulos, um deles com foco no letramento financeiro, onde não são apenas avaliados conhecimentos financeiros, mas também atitudes e comportamentos.

Dentre os 20 países analisados no último estudo (2018) o Brasil ficou na 17ª posição. Quando medido o grau de educação financeira (medido pela combinação do Conhecimento Financeiro, do Comportamento Financeiro e da Atitude Financeira) o Brasil fica 1,2 pontos abaixo da média mundial, segundo a OCDE.

Analisando somente o conhecimento financeiro, menos da metade dos brasileiros conseguir atingir a pontuação mínima desejada, que era de 5 dos 7 itens apresentados. No que se refere ao comportamento financeiro, 51% dos respondentes dos

20 países alcançaram o nível mínimo esperado (6 pontos em um total de 9), sendo que menos de 40% dos respondentes brasileiros atingiram esse limite.

O estudo revelou também que poucas famílias brasileiras têm o hábito de elaborar um orçamento (43%) e, destas, somente metade tem metas de longo prazo. Na medição das atitudes financeiras, o resultado foi que apenas metade dos participantes, incluindo os brasileiros, atingiu a pontuação mínima.



Ou seja, há um gigantesco desafio ainda a ser enfrentado para promover a educação financeira no país. Sendo assim, é imprescindível a atuação descentralizada no território nacional, de modo que o estabelecimento de cooperações técnicas para a instituição de centros educacionais integra o conjunto de ações planejadas para mudar a realidade em todo o território nacional, já tendo sido estabelecidos centros em diversas cidades.

A cooperação entre as instituições abrange a implementação de um programa que visa formar professores da educação básica, por meio de plataforma EaD específica, para disseminação de educação financeira nas escolas brasileiras. Com isso, os alunos poderão desenvolver uma cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente.

Objetivo: Capacitar professores da Educação Básica em educação financeira para que eles estimulem a poupança, o consumo consciente, a proteção contra frau-

des, a sustentabilidade e o desenvolvimento de hábitos e atitudes que contribuam para o bem-estar financeiro dos alunos.

A ação está relacionada aos ODS 4 e 10.



EVENTOS

Para cumprir os compromissos firmados perante o Pacto Global a CVM promoveu diversos webinars, seminários, workshops, em um esforço de disseminar as finanças sustentáveis dentro. A seguir relataremos os principais eventos que demonstram o esforço da autarquia em incluir em sua operação os conceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável do mercado de capitais por meio da qualificação do corpo técnico.

É preciso ressaltar que a CVM promoveu eventos para disseminar esse conhecimento específico perante o corpo técnico da autarquia para facilitar o acultramento dos servidores na temática e qualificá-los para as novas demandas do mercado de capitais.

- Taxonomia em Finanças Sustentáveis - 16 de dezembro de 2020

Palestrante - Maria Eugênia Buosi

A palestra Taxonomia em finanças sustentáveis foi realizada pela CVM para debater assunto bastante discutido atualmente, pois trata da definição do que é verde, social ou sustentável, tanto em termos de atividades econômicas (geração de energia elétrica, construção de rodovias) quanto de finanças (green bonds, social impact bonds, dentre outros) que estão relacionadas a aspectos regulados pela CVM. A ação está relacionada ao ODS 12.

A ação está relacionada ao ODS 12.



- Diálogos Sustentáveis: Mudanças Climáticas e o Sistema Financeiro - 10 de março de 2021

Palestrantes: Caroline Dihl Prolo e Julia Damazio de Barroso Franco

Palestra para os servidores da CVM sobre o tema das mudanças climáticas, o Acordo de Paris e tópicos mais ligados aos mercados financeiro e de capitais (como gestão de riscos climáticos, disclosure, mercados de carbono)

A ação está relacionada aos ODS 12 e 13.



- Diálogos Sustentáveis - Transparência e Práticas de Diversidade no Mercado Financeiro - 30 de junho de 2021

Palestrantes: Lucy Pamboukdjian, Luana Ozemella, José Maria Pugas Filho, Beatriz Camões e Felipe Vignoli

Evento em parceria com o LAB, trouxe para o debate dos servidores os principais conceitos sobre diversidade e inclusão no mercado de capitais. Foram apresentadas as principais tendências nacionais e internacionais no assunto e sugestões de avanço para ampliação da transparência sob a ótica da diversidade no mercado de capitais, incluindo experiências de reguladores e autorreguladores do mercado no tema.

A ação está relacionada aos ODS 5 e 10.



- Diálogos Sustentáveis - Mercado de Carbono Voluntário - 4 de novembro de 2021

Palestrantes: Lúcia Aragão, Felipe Hanszmann, Pietro de Biase Dias e Luis Adaime.

Especialistas expuseram suas experiências no nascente mercado de carbono no país, inclusive com o uso de inovação tecnológica, possibilitando o entendimento das oportunidades diante de um cenário crescente dessas transações e os desafios enfrentados.

A ação está relacionada aos ODS 7 e 13



- Evento de divulgação do relatório Sustainability Policies and Practices for Corporate Governance in Brazil – 21/06/2022

O relatório produzido pela OCDE é resultado de projeto desenvolvido em parceria com a CVM e faz um mapeamento do cenário ASG no Brasil e em outros países, trazendo insumos importantes não apenas em relação ao panorama internacional, como também quanto a percepções e práticas de gestores e companhias brasileiras.

O objetivo do documento é fornecer material de pesquisa e análise para apoiar o Brasil no reforço da estrutura de divulgações corporativas, responsabilidades dos Conselhos de companhias e direitos de acionistas, em alinhamento aos Princípios de Governança Corporativa do G20 e da OCDE.

A ação está relacionada aos ODS 13 e 17



World Investor Week – edições 2021 e 2022

A Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO) celebrou a 6ª Semana Mundial do Investidor (WIW) entre 3 a 9 de outubro de 2022, evento realizado anualmente.



No Brasil, a Semana Mundial do Investidor é coordenada pela CVM, membro ordinário da IOSCO, e está aberta à participação de entidades convidadas pelos membros brasileiros da IOSCO, como a ANBIMA e a B3. A campanha de 2022 deu enfoque aos temas resiliência financeira e finanças sustentáveis.



Objetivo: Articular com reguladores de valores mobiliários, bolsas de valores, intermediários financeiros, indústria financeira e associações profissionais, universidades e organizações representativas da sociedade civil, entre muitos outros, a realização de campanhas educativas que promovam a educação financeira, com especial foco nos temas finanças sustentáveis, criptoativos, resiliência dos investidores e prevenção de fraudes e golpes.

A ação está relacionada aos ODS 4, 10 e 12.



Global Money Week (GMW) – edições 2021 e 2022

GMW é uma campanha anual de conscientização sobre a importância de garantir que os jovens estejam financeiramente conscientes e estejam gradualmente adquirindo conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões financeiras sólidas e em última análise, alcançar o bem-estar financeiro e a resiliência financeira.



Público-alvo: Crianças, Adolescentes, Universitários, Jovens adultos (até 29 anos) e Professores

A screenshot of a video call presentation. On the left, there are two small video windows showing participants: Rafael Custodio and Thiago Gomes. The main part of the screen is a white slide with a yellow header that reads "5 vantagens de investir em ETFs". Below the header, there are five icons: a clipboard with a line graph and the word "COST", a magnifying glass over a document, a thumbs up next to a money bag, two people exchanging a coin, and a pie chart with a dollar sign. At the bottom left of the slide, there is a 3x3 grid of dots.

A screenshot of a video call presentation. On the left, there is a small video window showing a participant, Ilene Patricia de Noronha Najarian. The main part of the screen is a dark blue slide with a word cloud. The words are in various sizes and colors (white, light blue, and dark blue). The most prominent words are "CRYPTO", "CURRENCY", "DIGITAL", "COIN", "MONEY", "TRADING", "BIT", "BANKING", "TRANSACTION", "WWW", "TRADE", "CASH", "COIN", "UNIT & MONEY", "NET COIN", "LITE COINS", "EXCHANGE", "TRANSACTIONS", "MARKET", "PEER", "COIN", "BUSINESS", "TRADE", "PROFIT", "EXPERTISE", "MINING", "PROFITABILITY", "SECURITY", "BUY", "SERVICES", "ONLINE", "MARKET", "ELECTRONIC", "CURRENCIES", "ORGANIZATION". At the top of the slide, there are logos for "GLOBAL MONEY WEEK", "gmwbrasil", and "Organised by OECD".

Para disseminar o conhecimento de forma eficaz e universal, a CVM disponibiliza um site com conteúdo de educação financeira voltado para crianças e jovens, com a participação de parceiros, com os mais diversos conteúdos, tais como: vídeos curtos (pílulas de conhecimento), cartilhas, artigos, cursos EAD, podcasts, guias, publicações, concursos e competições, jogos de educação financeira etc.

Objetivo: capacitar as gerações mais novas a administrar suas finanças de forma consciente, assim como ajudar que crianças e jovens compartilhem seus conhecimentos com suas famílias e respectivas comunidades. Ao longo de 8 edições, a campanha atingiu mais de 40 milhões de crianças e adolescentes em 175 países.

A ação está relacionada aos ODS 4, 10 e 12.



PUBLICAÇÕES

Embora tradicionalmente a temática ASG seja de maior interesse de investidores institucionais (fundos de pensão, gestores de recursos etc.), ela também vem atraindo a atenção dos investidores de varejo, qualificados ou não, por considerações de toda ordem.

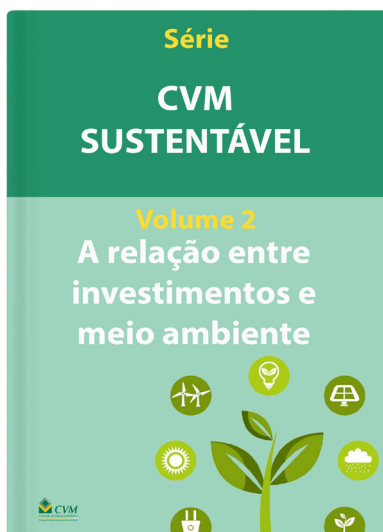
Neste contexto, a CVM lançou uma publicação apresentando, de forma simplificada, os principais conceitos relacionados à temática ASG, e apontando onde o interessado pode obter informações sobre fatores ambientais e sociais sobre seus investimentos no mercado de capitais.

A ação está relacionada de forma transversal a diversos ODS, especialmente ao ODS 13, pois o objetivo é educar o investidor a integrar aspectos ASG em sua tomada de decisão de investimento.



CVM Sustentável - Volume 1: O impacto dos seus investimentos

Por ser cada vez mais recorrente a oferta de investimentos sustentáveis, potencialmente alinhados aos fatores ASG (ambiental, social e governança), a publicação visa introduzir o tema das finanças sustentáveis e das teses ASG aos investidores de varejo, a fim de dar-lhes subsídios para tomada de decisões de investimentos mais conscientes e informadas.



CVM Sustentável - Volume 2: A relação entre investimentos e meio ambiente

Essa edição da série visa a esclarecer qual a relação do meio ambiente com as decisões de investimentos e como os fluxos financeiros afetam a esfera ambiental e vice-versa.

Procura-se, portanto, esclarecer a dinâmica entre investimentos e meio ambiente e como as finanças verdes têm se tornado uma tendência, podendo contribuir para um mercado financeiro mais sustentável.

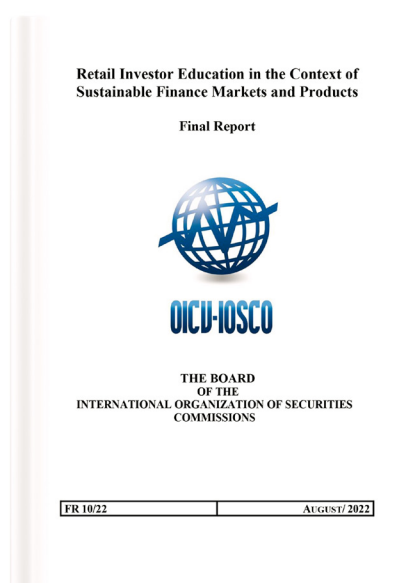


CVM Sustentável - Volume 3: Os aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) e a transparência no mercado de capitais

O enfoque da publicação é esclarecer a respeito da importância da transparência de informações ASG no mercado de capitais.

Com o aumento das oportunidades de investimentos atrelados a objetivos ambientais ou sociais, por meio de instrumentos financeiros, é clara a tendência de maior transparência sobre a atuação e os impactos das companhias em temas de sustentabilidade.

Além de aumentar a consciência do investidor de varejo para a importância de analisar essas informações, a publicação objetiva informar onde é possível acessá-las.



Relatório Sustainability Policies and Practices for Corporate Governance in Brazil – 21/06/2022

Objetivo: Conforme ressaltado anteriormente, esse relatório foi produzido pela OCDE em parceria com a CVM e faz um mapeamento do cenário ASG no Brasil e em outros países, trazendo insumos importantes não apenas em relação ao panorama internacional, como também quanto a percepções e práticas de gestores e companhias brasileiras.

A ação está relacionada aos ODS 13 e 17.



Política de Educação Financeira da CVM – agosto/2022

Desde 1998, a CVM aplica recursos na implementação de projetos, publicações e atividades de educação financeira e de investidores de forma estruturada, sendo que o Programa de Orientação ao Investidor (Prodin) foi pioneiro. O Prodin nasceu com a designação de uma superintendência dedicada à proteção e educação dos investidores, com objetivo de estimular a formação de poupança e sua aplicação consciente e bem informada no mercado de valores mobiliários, além da unificação dos canais de atendimento ao cidadão-investidor.

Desde então, com a incorporação progressiva de novos parceiros, a Autarquia vem implementando educativas no mercado de valores mobiliários, com objetivo de fomentar a mudança de cultura de investimento o Brasil, buscando um aumento do planejamento financeiro e do grau de conhecimento dos investidores sobre produtos, serviços e estratégias.

Apesar de atuar com educação financeira desde 1998, pela primeira vez a Autarquia edita sua própria política de educação financeira para estabelecer princípios e diretrizes de sua atuação, com o objetivo de formar um público investidor capaz de tomar decisões financeiras conscientes e bem informadas, de acordo com as competências do século XXI.

TENDÊNCIAS DOS ÚLTIMOS ANOS NO MERCADO DE CAPITAIS BRASILEIRO

AUMENTO EXPONENCIAL DO NÚMERO DE INVESTIDORES PESSOAS FÍSICAS:



REPRESENTAM 17% DO TOTAL DE RECURSOS INVESTIDOS EM EQUITY NA B3.



SALTO NO NÚMERO DE CONTAS EM RENDA VARIÁVEL: DE 1 MILHÃO EM 2019 PARA 5 MILHÕES EM 2022.



AVANÇO NO NÚMERO DE INVESTIDORES DE RENDA FIXA: PARA 10 MILHÕES DE INVESTIDORES EM DEZEMBRO DE 2021.

MUDANÇA NO PERFIL DO PÚBLICO

INVESTIDOR: MAIOR REPRESENTATIVIDADE DE JOVENS, DE MULHERES E CRESCIMENTO DE INVESTIDORES NAS REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE.



AUMENTO DA PREOCUPAÇÃO EM ASPECTOS ASG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA) DOS INVESTIMENTOS.



Princípios da atuação educacional

1. Interesse público
2. Gratuidade
3. Imparcialidade
4. Sustentabilidade
5. Eficiência
6. Inovação
7. Universalidade
8. Efetividade

Objetivos específicos

1. Letramento e bem-estar financeiro
2. Proteção do investidor
3. Desenvolvimento sustentável
4. Resiliência, inclusão e inovação financeira

Os princípios norteadores da política e seus principais objetivos são:

Objetivo: Além dos demais objetivos, a política visou enxergar a educação financeira como uma ferramenta para promover o desenvolvimento econômico sustentável dos mercados, seja por meio da construção da resiliência financeira da população diante de desastres econômicos, sociais e de saúde pública, seja por meio do ensino de habilidades e competências relevantes que auxiliem o gerenciamento de recursos advindos do trabalho ou empreendedorismo e seu emprego em capital produtivo, ou priorizando a educação financeira de grupos vulneráveis.

A ação está relacionada aos ODS 4, 5, 10 e 12.



Retail Investor Education in the Context of Sustainable Finance Markets and Products 31/08/22

Publicação feita pela em agosto de 2021 pela OICV-IOSCO, Organização Internacional de Reguladores do Mercado de Capital.

A publicação é fruto de um trabalho co-liderado pela CVM a respeito do crescimento do interesse dos investidores de varejo no tema finanças sustentáveis e quais os desafios da educação financeira para proteger esses investidores e tornar a tomada de decisão de investimentos menos suscetíveis ao greenwashing.

A ação está relacionada aos ODS 12 e 13.



ATUAÇÃO REGULATÓRIA

Além de se dedicar a articular parcerias com outras instituições para fomento das finanças sustentáveis no Brasil, a CVM avançou em sua agenda regulatória para atualizar seu arcabouço regulatório para atender a tendência internacional de desenvolvimento sustentável do mercado.

Abaixo a autarquia passa a listar as iniciativas mais relevantes nesta seara.

Resolução CVM 59/2021

Em 22/12/2021, a CVM editou a Resolução CVM 59 (entrada em vigor em 2023), que altera a Instrução CVM 480, trazendo inovações substanciais sobre o regime informacional de emissores de valores mobiliários. Insta salientar que essa medida fez parte da agenda regulatória 2021.

A reforma promoveu a redução do custo de observância para emissores e a maior acessibilidade de informações aos investidores, ao eliminar redundâncias de prestação de informações e simplificar o conteúdo de exigências remanescentes.

Ao mesmo tempo, essa reforma trouxe a previsão de novas informações a serem prestadas pelos emissores, a respeito de aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), acompanhando tendência mundial e os anseios de investidores sobre o tema, em especial no que tange às questões climáticas, já que a partir de 2023 os emissores deverão informar se fazem inventário de Gases do Efeito Estufa (GEE).

As mudanças propostas foram apresentadas ao público por meio da Audiência Pública 09/20. Em relação à versão que recebeu comentários do público, as principais mudanças ligadas ao tema ASG foram:

Inclusão de novas informações sobre aspectos ASG, em especial no que diz respeito a questões climáticas, em formato “pratique-ou-explique”.

Esclarecimentos adicionais sobre a prestação de informações a respeito da diversidade do corpo de administradores (Conselho de Administração e Conselho Fiscal) e empregados e previsão da abertura de informações por nível hierárquico, no caso dos empregados.

Essas mudanças foram um passo muito relevante para o avanço da agenda ASG no mercado de capitais brasileiros, pois o órgão regulador sinalizou para o mercado sobre a importância da transparência acerca de temas como clima e diversidade.

Objetivo: Aumentar a transparência do regime informacional das empresas e fomentar a divulgação de informações ASG, especialmente nos temas clima e diversidade.

A ação está relacionada aos ODS 5, 10, 8, 12 e 13.



Resolução CVM 160/2022

Em 2022 a CVM promoveu a edição de diversas resoluções dando início a um novo arcabouço regulatório brasileiro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, com os objetivos de modernizar tais normas, diminuir o custo de observância e tornar o regime informacional mais eficiente.

Dentre elas encontra-se a Resolução CVM 160 (que entra em vigor em 02/01/2023), a qual dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição primária ou secundária de valores mobiliários e a negociação dos valores mobiliários ofertados nos mercados regulamentados.

Uma das inovações trazidas por essa norma de ofertas é a regulamentação para dar transparência a alguns aspectos de instrumentos financeiros que podem servir de títulos temáticos, como, por exemplo, Debêntures, Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

Entre 2005 e 2020, foram 42 emissões, de títulos verdes, sem considerar os títulos sustentáveis e sociais, contabilizando um total de USD 7,617 bilhões¹². O Brasil é o segundo país com o maior mercado de títulos verdes da América Latina e Caribe, representando cerca de 30% das emissões de toda a região¹.

- Títulos temáticos são títulos de renda fixa (títulos de dívida) usados para captar recursos dos investidores com o objetivo de financiar projetos ou ativos que tenham atributos positivos, sob a ótica ambiental, climática, social, ou que atendam especificamente a um ODS. Os títulos temáticos podem ser²:
 - Títulos Verdes (Green Bonds): financiam projetos com benefícios ambientais, incluindo os relacionados a energia renovável, eficiência energética, tratamento de resíduos, transporte de baixo carbono, entre outros.
 - Títulos Sociais (Social Bonds): financiam projetos que endereçam questões sociais e/ou buscam atingir resultados sociais positivos, especialmente para uma população vulnerável, como a população de baixa renda, minorias, desempregados, entre outros.
 - Títulos Sustentáveis (Sustainable Bonds): financiam uma combinação de projetos com benefícios ambientais e sociais, se possível tendo como parâmetro o atendimento dos ODS.

Objetivo: modernização da regulação para trazer mais oportunidades e segurança para emissão de instrumentos financeiros vocacionados a títulos temático.

A ação está relacionada aos ODS 5, 10, 8, 12 e 13.



Resolução CVM 60/2022

Essa resolução dispõe sobre as companhias securitizadoras registradas na CVM, bem como sobre as emissões públicas de títulos de securitização.

Uma inovação da norma é a previsão de que caso uma das características da operação de securitização informada aos investidores seja a originação de externalidades positivas por meio de aspectos ambientais, sociais ou de governança, o instrumento de emissão deve informar de modo preciso e claro:

I – quais as externalidades esperadas; e

II – quais metodologias, princípios ou diretrizes são adotados na identificação e, se for o caso, monitoramento das externalidades.

Objetivo: atualização da regulação para trazer mais transparência e segurança para o mercado de títulos de securitização ligados a externalidades positivas. A norma também atua na prevenção de greenwashing contra os investidores que queiram investir em recebíveis de projetos com adicionalidades ambientais, sociais ou de governança.

A ação está relacionada aos ODS 12 e 13.



Co-liderança no grupo de “Sustainable Finance” do Investidor de Varejo da IOSCO – 31/08/2022

Há uma clara tendência mundial da busca por investimentos sustentáveis pelos investidores de varejo, que visam aproveitar oportunidades de maiores retornos financeiros ou para evitar riscos associados a várias questões ambientais, sociais e de governança, como clima mudança ou práticas trabalhistas ou de governança inadequadas.

No entanto, notou-se que os investidores carecem de parâmetros que permitam sua compreensão de produtos financeiros sustentáveis, até pela ausência de uma taxonomia única para esses tipos de produto, dado que é uma questão em discussão em diversas jurisdições.

Como esses fatores têm implicações importantes para a proteção do investidor, diversos reguladores do mercado de capitais participantes da IOSCO, com co-liderança da CVM, se uniram para elaborar um Relatório para abordar essas implicações e seus desafios, além de apresentar algumas propostas para ajudar a enfrentar esses desafios sob a ótica da educação financeira.

Nesse contexto, em junho de 2021, o Conselho da IOSCO mandou o Comitê de Investidores de Varejo projeto de educação do investidor de varejo no contexto de mercados e produtos financeiros sustentáveis, cujo fruto do trabalho está descrito no Relatório Retail Investor Education in the Context of Sustainable Finance Markets and Products Final Report.

Objetivo: identificar desafios e oportunidades nas políticas de educação financeira do investidor no que toca às finanças sustentáveis; aumentar o conhecimento dos investidores sobre as características e riscos associados aos produtos denominados ESG; prevenir fraudes financeira e greenwashing.

A ação está relacionada aos ODS 12 e 13.



Ações de 2022 — Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro – ENCLLA

Segundo seu próprio site oficial: A ENCLLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro é a principal rede de articulação institucional brasileira para o arranjo, discussões, formulação e concretização de políticas públicas e soluções de enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro.

A Estratégia foi criada em 2003 e atualmente conta com aproximadamente 90 instituições públicas - pertencentes aos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e o Ministério Público, abrangendo também as esferas federal, estadual e, em alguns casos, até mesmo municipal - e entidades.

Em 2022 a CVM foi indicada para coordenar junto com o Ministério Público Federal da Ação 10/2022 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro – ENCLLA e contou com a colaboração das seguintes instituições: ABIN, AGU, ANPR, BCB, CAIXA, CGM/SP, CJF, CNMP, COAF, CONACI, CONCP, DRCI, FEBRABAN, MD, MPDFT, MPMA, MPRS, MPSE, MPSP, MRE, MTP, PCMA, PCRJ, PF.

Colaboradores Convidados: IBAMA, IcMBio, Incra, Instituto Ethos, MAPA, MMA, TI BR.

Resultados da ação foram a elaboração dos seguintes documentos (podem ser encontrados no site da ENCLLA):

1. Relatório analítico envolvendo os crimes ambientais priorizados e sua associação com a corrupção e a lavagem de dinheiro.
2. 6 Recomendações aos seguintes órgãos: COAF, CONACI, IBAMA, MAPA, OEMAs e DRCI (PNLD).

Objetivo: aprofundar a compreensão da correlação de crimes ambientais com corrupção, fraude e lavagem de dinheiro, identificando vulnerabilidades de informações, sistemas, procedimentos, regulação, dentre outros.

A ação está relacionada aos ODS 16.



CONCLUSÃO

O presente relatório demonstra o engajamento da CVM tanto no que toca aos 10 Princípios da UN Global Compact, quanto nas atividades que contribuam para o atingimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em cumprimento aos compromissos assumidos em 30 de novembro de 2020 perante o Pacto Global.

Também se nota o esforço da Autarquia para mobilizar parceiros estratégicos que a ajudem a disseminar as agendas de finanças sustentáveis, educação financeira de população vulnerável e inovação financeira, tendo havido um crescimento significativo de iniciativas no tema.

O número de iniciativas vem aumentando a cada ano, dado o crescimento e visibilidade da agenda ESG no mercado de capitais. Exemplo disso foi a inclusão de tais pautas (finanças sustentáveis e resiliência financeira) como temas principais de eventos de alcance mundial coordenados no Brasil pela CVM.

Outra medida da evolução da pauta de finanças sustentáveis no mercado de capitais é o aumento da emissão de títulos sustentáveis no Brasil e a inclusão de pautas ASG na regulação da CVM, demonstrando o comprometimento da autarquia em incluir em suas operações normas que fomentem o desenvolvimento sustentável do mercado de capitais.

